

As assimetrias de gênero no mercado de trabalho em jornalismo: um estudo sobre a participação feminina em redações do Amapá

Abinoan Santiago

Mestrando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bolsista Capes e Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (Unifap).

E-mail: abinoansantiago@gmail.com

Paula Melani Rocha

Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa. Mestre e doutora em Sociologia pela Ufscar. Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora colaboradora do LabJor (Unicamp). Coordena os grupos de pesquisa Conhecimento no Jornalismo e Jornalismo e Gênero, ambos cadastrados no CNPq.

E-mail: paulamelani@gmail.com

Resumo: O movimento de feminização no jornalismo brasileiro acentuou-se após a segunda metade do século XX, impulsionado pelo processo de profissionalização – sobretudo com a implementação de cursos de graduação e obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão –, bem como pelas instabilidades do mercado profissional e das relações de trabalho. Esse movimento caracterizou-se de forma desigual nas ocupações de funções, cargos, remuneração, nos segmentos do mercado e em regiões geográficas. Esta reflexão analisa a participação das mulheres no jornalismo regional e suas assimetrias nas redações do Amapá. Aplicou-se *survey online*, durante o mês de maio de 2017. O estudo apontou relações desiguais de trabalho entre os gêneros com relação a salário, funções, qualificação profissional e tratamento tanto pela chefia quanto pelos pares. A maior parte das respondentes informou sofrer assédios moral e sexual.

Palavras-chave: Mulheres Jornalistas; Jornalismo Regional; Feminização do Jornalismo; Relações de Trabalho; Gênero.

The gender asymmetries in the labor market in journalism: a study on female participation in Amapá's newsrooms

Abstract: The feminization movement in Brazilian journalism has been accentuated after the second half of the twentieth century, driven by the professionalization process – especially with the implementation of undergraduate and compulsory degrees in the practice of the profession – as well as by the instability of the professional market and work relations. This movement was unequally characterized in occupations of functions, positions and remuneration in the market segments in journalism and geographic regions. This reflection analyzes the participation of women in regional journalism and its asymmetries in Amapá's newsrooms. The method used was the online survey modality during the month of May 2017. The study pointed to unequal work relations between the genders in relation to salary, functions, professional qualification and treatment by both heads and pairs. Most of the respondents reported suffering moral and sexual harassment in their work environment.

Keywords: Women Journalists; Regional Journalism; Feminization of Journalism; Work Relationships; Gender.

Introdução

As assimetrias de gênero no mercado de trabalho em jornalismo não estão localizadas em tipos de veículos ou em regiões. Pesquisa realizada pelo *site* Gênero e Número, em parceria com a Associação Nacional de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2017, com 477¹ respondentes de 271 veículos distintos – entre jornais, *sites*, agências de notícias e emissoras de televisão e rádio², denominados como setores dentro da mídia –, revelou disparidades nas relações de trabalho e no exercício da profissão pelas jornalistas mulheres cometidas tanto pela organização jornalística e por chefias quanto pelos pares profissionais e fontes (MAZOTTE; TOSTE, 2017). As mulheres são maioria nas redações brasileiras e nos cursos de graduação. Entretanto, há uma ocupação desigual no mercado de trabalho, quantitativa em relação ao número de egressas das faculdades e qualitativa no que diz respeito aos postos, cargos e remuneração. Assim, há uma desproporcionalidade nas concentrações horizontal e vertical da mão de obra feminina, revelando uma distribuição desigual entre os sexos na organização profissional do trabalho.

¹ A pesquisa teve duas etapas metodológicas, a primeira correspondeu à qualitativa com grupo focal e, a segunda, quantitativa com aplicação de *survey online*. O questionário desta etapa foi elaborado a partir das respostas do grupo focal. Foram obtidas 531 respostas, mas a filtragem selecionou 477, pois foi descartado o segmento fora da mídia, no caso, as assessorias de imprensa (MAZOTTE; TOSTE, 2017).

² A distribuição de acordo com os tipos de mídia foi: 40% jornais, 16% veículos nativos digitais, 16% televisão, 9,9% revistas, 8,2% rádio, 2,5% agências de notícias, 7,1% outros e 0,4% não sabiam/não responderam (MAZOTTE; TOSTE, 2017).

A concentração horizontal indica a ocorrência de uma proporção mais alta de um dos sexos em algumas áreas profissionais. Já a concentração vertical descreve situações em que a proporção de um sexo é muito alta em determinado ponto da hierarquia e muito baixa em outro, dentro de uma mesma área, carreira ou profissão. Geralmente, no caso do sexo feminino a proporção é maior nos cargos iniciais, menos valorizados, e muito baixa nos cargos mais altos. (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015: 751)

As respostas da pesquisa supracitada sinalizam esse cenário do mercado de trabalho em jornalismo. Do total das respondentes, 65,4% alegaram haver mais homens em cargos de poder do que mulheres e 53,4% delas afirmaram acreditar que, nas suas organizações, as mulheres têm menos oportunidades de progredir na carreira do que os homens. Outro dado revelado foi a disparidade por áreas de cobertura e editorias: 41,3% delas informaram que não atuam em uma editoria específica, 13% atuam em política, 9,02% em cultura, 8,4% em economia, apenas 2,9% cobrem internacional e editorias específicas com mais especialidades como tecnologia, infografia/arte, educação, ciência e saúde. A participação das mulheres é baixa, oscilando entre 1,9% a 0,6%, de acordo com a editoria.

Com o propósito de contribuir com os estudos sobre o mercado de trabalho em jornalismo e relações de gênero, este artigo analisa a participação feminina nas redações do Amapá, considerando cargos, funções, faixa etária, formação e as relações de trabalho. Para isso, foram mapeadas as redações de televisão, *sites* de notícias e jornais impressos, sem considerar o setor extra redação ou fora da mídia³. Vale destacar que se pode considerar a imprensa do Amapá como regional em razão das especificidades dos veículos de comunicação que atuam no estado, conforme atestam Santos e Rocha (2017), que fizeram um recorte a partir do Diário do Amapá. Nesse estudo, ficaram evidenciadas características semelhantes nas demais mídias. A cobertura tem a especificidade de não se limitar somente a Macapá, apesar de mais de 90% dos veículos estarem sediados na capital, com coberturas pontuais dos 16 municípios do estado, e em cidades próximas no Pará, que faz divisa no Sul do estado; além de Saint-Georges, na Guiana Francesa, no extremo Norte da fronteira com o Brasil.

³ Entende-se por extrarredação ou fora da mídia assessorias de imprensa e de comunicação e a atuação em instituições de ensino superior, como docência.

Esta reflexão também está ancorada em um vazio científico de pesquisas sobre o jornalismo praticado no Amapá. Os dois cursos de Jornalismo amapaenses são recentes, tendo o primeiro iniciado em 2001, na então Faculdade Seama, hoje Faculdade Estácio do Amapá, da rede privada. O segundo abriu dez anos depois, em 2011, na Universidade Federal do Amapá (Unifap), sendo o mais novo curso de instituição pública no Norte. O artigo apresenta uma discussão sobre as desigualdades de gênero no jornalismo e uma perspectiva histórica. Em seguida,

traz a metodologia da pesquisa aplicada nas redações do Amapá, os resultados em diálogo com o contexto nacional e as considerações finais.

A inserção das mulheres no jornalismo e as desigualdades de gênero neste mercado de trabalho

A participação de mulheres atuando na imprensa brasileira data do século XIX, contudo, de forma demarcada pelos limites da sociedade patriarcal da época. Há registros de participação feminina em periódicos abordando temas sobre costumes, moda, consumo e direito à educação e ao voto (BUITONI, 2009; DUARTE, 2016; RAGO, [1995 ou 1996]). Em 1852, Joana Paula Manso de Noronha lança o *Jornal das Senhoras*, editado por mulheres, que, entre outros temas, protestava contra a forma possessiva com que os homens tratavam as mulheres (BUITONI, 2009). Outro exemplo de jornal produzido por mulheres foi *O Belo Sexo*, lançado em 1862, no Rio de Janeiro, o qual trazia críticas à situação social da mulher na época. As integrantes faziam reunião de pauta semanal e não mantinham o anonimato na autoria do conteúdo, um diferencial na época (BUITONI, 2009). Em um cenário político em transformação, com o fim da monarquia e a implantação do regime republicano, no final do século XIX e início do século XX, os impressos gestados por mulheres da classe média reivindicavam a falta de acesso à educação e ao trabalho, bem como “à participação do mundo público em igualdade de condições com os homens” (RAGO, [1995 ou 1996]: 19).

Uma das primeiras jornalistas a trabalhar como repórter de redação em um periódico generalista foi Eugenia Brandão, contratada em 1914 pela revista *A Rua*, no Rio de Janeiro, como pontua Carvalho (1995: 7): “Desta maneira, *A Rua* registrou a novidade – a mulher atuando como jornalista –, apesar de fazê-lo valorizando os dotes físicos da repórter” (grifo nosso). Na cidade de São Paulo, em 1926, Maria do Carmo de Almeida (Capitu) começou a trabalhar no jornal *Folha da Noite* com a coluna dedicada aos assuntos femininos, a primeira do gênero na América Latina (RAMOS, 2010). Em 1937, Margarida Izar foi a primeira mulher a ocupar cargo na diretoria do Sindicato dos Profissionais Jornalistas do estado de São Paulo, no Conselho Fiscal, sendo também a primeira com registro de repórter (RIBEIRO, 1998). O autor traz como o ambiente de trabalho era de “discriminação contra a mulher”:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. *Nem havia banheiro feminino*. No “Estadão”, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, *as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica*. (RIBEIRO, 1998: 31, grifo nosso)

Em ambas as citações que descrevem o ambiente da cultura profissional, destacam-se os constrangimentos sobre as mulheres associados aos valores patriarcais e à opressão, associando a presença feminina ao ambiente privado e não à vida pública. Rubin (1975) pontua que o sistema sexual tem certa autonomia e não pode ser explicado em termos de forças econômicas. O termo patriarcado vem justamente para “distinguir as forças mantenedoras do sexismo de outras forças, tais como o capitalismo” (RUBIN, 1975: 5), o patriarcado consiste, assim, em uma estratificação de gênero que penetra nas instituições e estruturas hierárquicas, como coloca Saffioti (2004), conferindo aos homens o direito de dominar as mulheres. Contudo, Rubin (1975) atenta para não imputar como patriarcais a todos os sistemas com estratificação de gênero, pois há sociedades que não viveram o modelo patriarcal, mas possuem assimetrias de gênero.

Além do Rio de Janeiro e São Paulo, em outras localidades, principalmente capitais, começaram a surgir mais repórteres mulheres. Em Curitiba, por exemplo, Carmem Lour foi contratada em 25 de agosto de 1938 pelo jornal *Gazeta do Povo*, mas atuou durante pouco tempo. A própria invisibilidade dessas mulheres e outras que atuaram na imprensa nesse período e participaram da conformação

do campo profissional é decorrente do discurso dominante que elabora a história vinculado à dominação masculina. Ainda há dificuldade de sistematizar os registros, pois estudos envolvendo gênero e jornalismo são recentes, sobretudo tendo como objeto a história do jornalismo regional.

A intensificação do processo de feminização do jornalismo está associado ao de profissionalização da carreira, porém, ainda não consolidado (ROCHA, 2004). Uma das razões é a falta de consenso sobre a *expertise* em jornalismo pelo mercado, por profissionais, acadêmicos e empresas de comunicação⁴. O ingresso de mulheres no mercado em jornalismo passou a ocorrer de forma mais acentuada a partir da instalação dos cursos de graduação em Jornalismo pelo território nacional, após 1947, impulsionados pelo Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, com alterações posteriores (Decreto nº 65.923 e Decreto nº 83.284), o qual regulamentou a profissão de jornalista, exigindo o curso superior de jornalismo para o exercício da profissão (ROCHA, 2004). Contudo, os cursos despontaram em momentos diferentes de acordo com a região do país. Segundo a Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Ministério da Educação (MEC), em 1998, existiam no Brasil 125 cursos de Comunicação Social (ROCHA, 2004) e, em 2012, somavam 317 cursos com habilitação em Jornalismo (MICK; LIMA, 2013), grande parte deles na região Sudeste.

Dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação, mostram o crescimento populacional separado por gênero nos cursos de Comunicação Social no período de 1948 a 1987 (BONELLI, 1993). Em 1948, dos 354 alunos matriculados no curso de comunicação, 17% correspondiam ao sexo feminino. Na primeira turma que se formou, em 1950, dos 133 formandos, apenas 24% correspondiam ao sexo feminino. Já em 1987, quando se formaram 5.175 alunos, 60% eram do sexo feminino (BONELLI, 1993). Em 1998, 107.825 candidatas se inscreveram para o vestibular em todo o país. Destes, 68.213 eram mulheres e 39.612 eram homens. Ingressaram na faculdade 14.969 mulheres e 10.015 homens (ROCHA, 2004).

Os dados apontam também que, apesar das mulheres ocuparem a maioria das cadeiras nos cursos de graduação no final do século XX, somente no século XXI elas ultrapassaram em número os postos ocupados no mercado de trabalho, ou seja, há um descompasso temporal e quantitativo entre as duas instâncias. Esta dessincronia nas proporções entre as egressas e as contratadas configura desigualdade de gênero, priorizando a contratação de homens. Em 2005, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, a diferença era pequena: 48,43% de mão de obra masculina e 51,57% feminina (ROCHA; SOUSA, 2011), lembrando que, já na década de 1980, elas somavam mais de 60% do contingente dos cursos de graduação. Em 2012, as mulheres passaram a representar 63,7% do mercado formal e informal em jornalismo (MICK; LIMA, 2013).

No mercado de trabalho feminino em jornalismo, mais ainda significa menos. É, é o descompasso entre a concentração horizontal e vertical. Embora as mulheres sejam a maioria no mercado de trabalho, a ocupação feminina ainda é desigual comparada aos pares masculinos, em relação à atuação em cargos de chefia, empregos formais (com carteira assinada), remuneração, qualificação profissional e precarização (MICK; LIMA, 2013; PONTES, 2016; ROCHA, 2004, 2016). Segundo dados da RAIS referentes a 2013, a proporção de mulheres diplomadas é maior que a de homens: “62,95% das jornalistas têm nível superior completo”, e a porcentagem de homens é 51,46% (LEITE, 2015: 99). Deve-se também considerar outras particularidades de acordo com as regiões do país, ainda segundo dados da RAIS, como coloca Leite (2015). Por exemplo, a proporção de mulheres diplomadas é maior que a de homens: “62,95% das jornalistas têm nível superior completo”, e a porcentagem de homens é 51,46% (LEITE, 2015: 99). Deve-se também considerar outras particularidades de acordo com as regiões do país,

⁴ Em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal votou pela queda da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para a prática profissional. Foram apresentadas duas Propostas de Emenda à Constituição, PEC nº 386/2009 e PEC nº 206/2012, para restabelecer a exigência do diploma para o jornalismo, mas elas ainda estão tramitando no Congresso Nacional.

ainda segundo dados da RAIS, como coloca Leite (2015). Por exemplo, a proporção de jornalistas homens diplomados em São Paulo é maior que a média brasileira: 73,24% dos profissionais. Sobre a estratificação da ocupação feminina nos postos e funções do setor formal de trabalho em São Paulo, Leite (2015) mostra que as mulheres estão mais concentradas nos trabalhos que pagam menos e “em que os salários são mais baixos que os dos homens (RAIS, 2010, 2013)” (LEITE, 2015: 118). No âmbito nacional, a pesquisa Perfil do Jornalista também apontou diferenças nas relações de trabalho entre gêneros:

As mulheres são grande maioria nas faixas de renda até cinco salários mínimos, uma vez que entre seis e sete a cada dez mulheres (66,5%) estão neste patamar. Percepção financeira que atinge metade dos homens (51,2%). Acima de cinco mínimos, a proporção inverte-se, pois 28,2% dos homens ganham de cinco a dez mínimos (23,2% das mulheres), 12,9% de dez a vinte salários mínimos (7,1% das mulheres) e 4,9% acima de 20 mínimos (1,6% delas). Entre aqueles que recebem acima de dez mínimos, a proporção de homens é numericamente superior a de mulheres, inclusive. (PONTES, 2016: 5)

Ao cruzar os dados da RAIS, outro dado apontado por Leite (2015) que considera apenas os contratos pela CLT (com regime formal de trabalho), e a pesquisa do *Perfil do jornalista brasileiro* (2013), que considerou todas as formas de contratação, foi a concentração da mão de obra feminina com contratação informal, como *freelancer*, pessoa jurídica, sócio participativo, prestador autônomo, entre outras, revelando uma maior disparidade entre os gêneros e a precarização maior do trabalho feminino.

Enquanto as mulheres representam, segundo dados da FENAJ, 64% dos jornalistas brasileiros, se restringirmos o enfoque apenas ao setor formal da profissão, as mulheres passam a representar 45,42% dos jornalistas, o que sugere que uma grande parcela das mulheres está envolvida nas relações precárias de trabalho do setor informal da profissão. Assim, segundo dados da RAIS, no Brasil, em 2013, havia 74.487 jornalistas. Destes, 40.656 eram homens e 33.831 eram mulheres, correspondendo a 45,42% dos jornalistas brasileiros que exercem suas funções no setor formal da profissão. Só para se ter uma ideia da dimensão que o setor informal assume na profissão, enquanto a RAIS informa que existem 74.487 jornalistas no Brasil, a FENAJ estima que existem atualmente 145.000 jornalistas, se também for levado em conta o setor informal da profissão. (LEITE, 2015: 70)

E, somado a isso, ainda há resquícios do ambiente machista das redações do início do século XX na cultura profissional e nas relações de trabalho, atrelados aos valores patriarcais no que diz respeito à discriminação de gênero e à opressão da mulher, mesmo após cem anos do ingresso das mulheres no ambiente de trabalho. O Sindicato dos jornalistas do Distrito Federal realizaram, entre os meses de março e maio de 2017, a *Pesquisa desigualdade de gênero no jornalismo* (2017), com 535 profissionais. Destas, 417 (77,9%) informaram ter sofrido algum tipo de assédio moral pelos pares profissionais ou chefes diretos, e 78,5% responderam que já enfrentaram algum tipo de atitude machista durante entrevistas (SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL, 2017). Outro dado revelado pelas participantes foi a discriminação de gênero nas relações de trabalho: mais de 70% mencionaram que deixaram de ser designadas para uma determinada cobertura jornalística pelo fato de ser mulher (SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL, 2017). A pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro* do site Gênero e Número, em parceria com a Araji, também repercutiu com as 477 jornalistas sobre assédio episódico e contínuo, moral e sexual e os prejuízos que recaem sobre a mulher na organização do trabalho dentro das redações. Do total, 46,3% informaram que sofreram assédio de um colega homem, 36,9% de uma fonte masculina, 27,9% de um superior hierárquico, 1,3% de uma fonte mulher, 1,0% de uma colega mulher e 0,2% de uma superior hierárquica mulher (MAZOTTE; TOSTE, 2017). No que diz respeito ao fato de ser mulher prejudicou nas relações trabalhistas dentro da empresa, as respostas foram: 36,9% na oportunidade de trabalho; 35,4% na obtenção de aumento; 39,4%

na promoção; 57,7% na distribuição de tarefas no ambiente de trabalho; e 23,7% na determinação de escalas do horário de trabalho (MAZOTTE; TOSTE, 2017).

O gênero e os estereótipos de gênero colaboram para produzir desigualdades nos arranjos institucionais no interior das organizações jornalísticas, influenciando as relações, as redes profissionais, determinando formas de divisão do trabalho e influenciando processos de ascensão profissional e econômica de forma prejudicial às mulheres e favorável aos homens. (MAZOTTE; TOSTE, 2017: 14)

Este estudo busca apresentar os dados das redações de Amapá (AP). Embora estejam em consonância com o cenário assimétrico diagnosticado pela pesquisa nacional, as respondentes de AP foram 0,2% das 477, ou seja, uma jornalista. Além disso, a discussão traz também algumas particularidades regionais.

Metodologia

A pesquisa nas redações do Amapá tem como viés metodológico a modalidade de *survey*. No caso desta pesquisa, utilizou-se a *survey online* através da plataforma gratuita Google Forms⁵, por seu melhor gerenciamento do tempo para a coleta de dados e distância geográfica para atingir as profissionais que atuam na redação do Amapá, em razão de a compilação das informações ser feita na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná. O contato com as entrevistadas sobre a participação na pesquisa aconteceu de forma individual por telefone, e-mail e bate-papos virtuais. Não foi realizada divulgação aberta por redes sociais para garantir a confiabilidade das respostas.

⁵ Google Forms. Disponível em: <https://bit.ly/2lZ3cR2>. Acesso em: 10 maio 2017.

Antes de aplicar os questionários, foi feito um levantamento de empresas jornalísticas no Amapá, que resultou em 13 emissoras de TV, sendo 9 na capital, Macapá; 2 em Santana; 1 em Oiapoque; e 1 em Laranjal do Jari. Dessas, no entanto, apenas 4 têm redações jornalísticas próprias. As demais comercializam os horários, e os profissionais que atuam nas emissoras são vinculados contratualmente com o programa que adquiriu o tempo da programação. O mesmo ocorre com as rádios. Nenhuma das 31 emissoras espalhadas nos 16 municípios amapaenses tem equipes próprias de jornalismo, apesar de possuírem programas do gênero com profissionais. Em razão desta especificidade, optou-se por filtrar a pesquisa às jornalistas que são contratadas pela empresa para chegar a um número mais próximo possível do usado por órgãos trabalhistas, a exemplo do Ministério do Trabalho que, na pesquisa Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)⁶, analisa somente dados de admissões e demissões de trabalhadores com registro formal.

⁶ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <https://bit.ly/2jywGQC>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Além disso, aplicaram-se questionários nas redações dos três jornais impressos de circulação diária do estado, todos sediados na capital. Também foram identificados três *sites* no Amapá que praticam webjornalismo, conforme caracterizado por Canavilhas (2001), considerando aspectos como a instantaneidade, hipertextualidade, conteúdos multimídias e possibilidade de leituras não lineares. Como um deles faz parte do mesmo conglomerado que um dos jornais impressos e ambos compartilham da mesma equipe de produção, analisou-se dois portais de notícias.

Após a catalogação dos veículos, o passo seguinte foi contatar a chefia das equipes de jornalismo para levantar a quantidade total de profissionais que atuam nas redações e número de homens e mulheres. Somente após a conclusão dessas etapas houve a aplicação do questionário.

Jornalistas (homens e mulheres)	84
Homens	47
Mulheres	37

Tabela 1: Representação dos jornalistas nas redações do Amapá

Fonte: Elaborado pelos autores

Para chegarmos a uma margem de erro de apenas 2% com nível de confiança de 95%, mesmos índices do *Perfil do jornalista brasileiro* (2013), foi calculada uma amostra de 35 jornalistas mulheres. A pesquisa conseguiu atingir a meta e alcançou 97% do total das profissionais.

O estudo procurou garantir o anonimato das respondentes devido às perguntas sobre assédios e preconceitos, seguindo o mesmo molde de recentes estudos aplicados em redações, a exemplo dos capitaneados pelos Sindicato dos jornalistas do Distrito Federal (2017) e de São Paulo⁷, que também deixaram como opção o anonimato.

⁷ Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (SJSP). Disponível em: <https://bit.ly/2mlijVh>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Números do Amapá por gênero nas redações

O mapeamento enumerou que dos 84 profissionais que atuam na mídia, com regime de contratação formal, a maioria está empregada em TVs (58,4%). Jornais impressos (25%) e sites (16,6%) completam o ranking. Da quantidade total, as mulheres representam 40,5% e estão em maior parte empregadas em TVs. Isso revela que há menos mulheres com carteira assinada em comparação aos pares masculinos.

TV	67,5%
Impresso	18,9%
Portais de notícias	13,6%

Tabela 2: Representação das mulheres nas redações do Amapá

Fonte: Elaborado pelos autores

Neste caso, percebe-se que a quantidade das mulheres em relação ao número total de jornalistas nas redações do Amapá não reflete a população do próprio estado. Mais da metade, isto é, 50,2% dos habitantes são do sexo feminino, sendo que a maioria, tanto masculina quanto feminina, é composta por pardos, com 35,17% e 34,63%, respectivamente. Autodeclarados brancos aparecem em segundo, com 10,63% para homens e 12,47% para mulheres. Pretos são 3,78% dos homens e 2,86% das mulheres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

A inserção das mulheres nas redações demonstra movimentos diferentes de ocupação de acordo com a mídia. Isso não é exclusivo ao Amapá. O ingresso de mulheres ocorreu de forma desigual de acordo com o meio de comunicação. Dados do Ministério do Trabalho revelam que, em 1999, por exemplo, as mulheres correspondiam a 37,87% do quadro de jornalistas contratados em jornais impressos, 44,68% em agências de notícias e 28,78% no rádio que, além de ser o setor mais conservador, não exigia o registro em jornalismo. Os setores que mais empregavam mulheres eram: televisão, com 49,69% jornalistas; revistas, com 49,60%; e setores extrarredação ou fora da mídia, com 49,61% (ROCHA, 2004; ROCHA; SOUSA, 2011). Os dados do Amapá seguem essa mesma tendência, sendo a atuação feminina é mais expressiva nas emissoras de televisão em comparação aos jornais e sites.

Sobre a idade das mulheres que atuam nas redações do Amapá, a maioria (36,1%) tem entre 19 e 25 anos. A segunda faixa etária com mais jornalistas é entre 31 e 35 anos (33,3%), seguido de acima de 36 anos (22,2%) e entre 26 e 30 anos (8,3%). Se somarmos as duas primeiras faixas de 19 a 35 anos, elas representam 69,4% das jornalistas que atuam nas redações. Quanto ao estado civil, 88,9% são solteiras, enquanto casadas correspondem a 11,1%.

Em relação à composição étnica, diferente da representação da população amapaense, a maioria das jornalistas é branca (com 38,9%), seguido de pardas (33,3%), negras (19,4%) e amarelas (8,3%). Enquanto nas redações as mulheres brancas se sobrassem com 38,9%, segundo dados do IBGE/Pnad (2015), no estado elas correspondem a 12,47%, reiterando as assimetrias raciais de nossa sociedade. De acordo com a pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro* (2017), 94,5%

das respondentes informaram que há mais pessoas brancas do que negras nas redações em que trabalham e, quanto aos cargos de liderança, o percentual subiu para 95,6%. Os dados espelham a amostragem das jornalistas que participaram do questionário: 76,9% são brancas, 4,8% pretas, 15,7% pardas, 0,6% amarelas, 0,4% indígenas e 1,4% não respondeu ou não sabe (MAZOTTE; TOSTE, 2017).

Nas redações do Amapá predominam as jornalistas que nasceram no estado, com 77,8% do total. O restante é dividido entre Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Os dados sobre o grau de instrução apontaram que 44,4% têm curso superior, 11,1% estão cursando algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) e 8,3% são pós-graduadas. Boa parte das mulheres ainda são graduandas, com 36,1%. Isso corresponde a uma remuneração mais baixa, flexibilização e precarização do trabalho feminino.

No estado, segundo o IBGE, as mulheres são mais alfabetizadas que os homens, com 95,7% contra 95,1%, respectivamente. Elas também são as que mais cursaram nível superior na região Norte: 6,21% têm alguma graduação, número superior ao registrado para os homens, de 4,13%. Pesquisas sobre profissionais jornalistas, não apenas brasileiros, mas em Portugal também, (ROCHA, 2004; ROCHA; SOUSA 2011) apontaram que o investimento feminino em formação acadêmica é maior que o masculino e que a educação influenciou na inserção da mulher no mercado de trabalho. As mulheres apresentavam maior qualificação profissional para ocupar a mesma posição que um homem com menor formação (ROCHA, 2004).

Pesquisa realizada pelo Sindicato dos Profissionais Jornalistas do Estado de São Paulo revelou que, na década de 1990, 71% das profissionais mulheres portavam curso superior, 13% tinham curso superior incompleto enquanto 66,62% dos jornalistas homens tinham o terceiro grau completo ou incompleto (RIBEIRO, 1998). Atualmente, 53,91% dos jornalistas homens têm curso de graduação e o percentual feminino é de 73,16%. (ROCHA, 2016: 45)

Leite (2016: 81) pondera que, apesar de as mulheres se ampararem na educação como estratégia de conseguir ser inserida no mercado, “não é só isso que conta. Elas têm de lidar com aspectos simbólicos da profissão, sobre os quais é mais difícil ter controle”, a exemplo das relações de poder nas redações. É visto o resultado da relação de prestígio e poder nos cargos mais valorizados nas redações jornalísticas. No Amapá, 77,8% das mulheres estão fora deste patamar na carreira. A reportagem é o principal ofício das jornalistas mulheres, com 47,2% das profissionais. Quanto ao tempo de atuação na atual empresa onde trabalham, a maior porcentagem (38,9%) tem entre três e cinco anos, o que contrasta com a longevidade da atividade das mulheres na profissão: 50% disseram estar no ofício há mais de dez anos. São as barreiras invisíveis (teto de vidro) impostos às mulheres no processo de ascensão às estruturas hierárquicas da carreira profissional.

Assim como o que ocorre com outras profissões que se feminizaram, no jornalismo, o crescimento expressivo do número de mulheres entre os profissionais não resultou em acesso correspondente a lugares de destaque. Sendo assim, as profissionais continuam ganhando menos do que seus pares e exercendo menos cargos de chefia. (LEITE, 2016: 68)

A pesquisa do *site* Gênero e Número junto com a Abraji segue a mesma assimetria nas ocupações dos cargos nas redações, pois 53,2% das jornalistas que responderam atuam como repórteres, 13,4% como editoras, 5,2% como editoras assistentes e 11,3% como estagiárias.

Outro aspecto revelado pelas jornalistas amapaenses foi a precarização do trabalho. Apesar de todas as entrevistadas ocuparem cargos em empresas privadas, 11,1% disseram não ter carteira de trabalho assinada, mesmo com contrato de vínculo celebrado entre as partes. Das que possuem registro, 66% relataram que

as funções desempenhadas na redação são as mesmas das descritas na carteira de trabalho, enquanto 33,3% disseram ter atribuições além do cargo que ocupam.

Quando o assunto é renda, a maioria das jornalistas que trabalha na mídia amapaense recebe entre um e dois salários mínimos referente ao ano de 2017, que era de R\$ 937,00. Apenas 5,6% declarou receber acima de três salários mínimos. Estas constatações podem ainda ter relação com a instabilidade empregatícia do próprio mercado atual em jornalismo, que também impacta mais nas profissionais mulheres. Mais vulneráveis pela exploração da divisão sexual do trabalho, as profissionais mulheres estão mais susceptíveis às oscilações do mercado. Hirata (2001) mostra que os efeitos da globalização – paradoxalmente, a flexibilização e a precarização do trabalho – afetaram de forma desigual o trabalho masculino e feminino. As mulheres servem de “cobaias” para experimentações sociais porque são “menos protegidas” pela legislação trabalhista e pelas organizações sindicais.

Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. (HIRATA, 2001: 143)

Em Macapá, o que a maioria das mulheres jornalistas recebe por mês pode variar entre R\$ 378,00 e R\$ 1.315,00 a menos que a média salarial da mulher amapaense, de acordo com a Pnad Contínua, estudo do IBGE feito a cada três meses. Os números mais recentes fazem referência ao primeiro trimestre de 2017 e mostram que, no Amapá, o rendimento mensal das mulheres é de R\$ 2.173,00, sendo a terceira maior renda do país e a primeira da região Norte. Os homens, no entanto, ainda ganham mais: R\$ 2.252,00.

Por causa da remuneração, 88,9% das mulheres jornalistas avaliam que ganham abaixo do esperado para o cargo e funções desempenhadas. Mesmo com salário aquém da expectativa, 66,7% não têm outra atividade remunerada para complementar a renda mensal. Porém, 61,1% revelaram que não se sentem realizadas profissionalmente dentro da empresa onde estão empregadas no jornalismo.

Discriminação de gênero: assédios e preconceitos no exercício da profissão

As jornalistas do Amapá vivenciam violações no exercício da profissão, tanto pelos pares profissionais e chefia quanto pelas fontes. De acordo com as respondentes, 58,3% confirmaram terem sido assediadas, sendo que, dessas, 50% sofreram tanto moral quanto sexual (45,5% moral e 4,5% sexual). Com 68,2%, a maioria dos casos partiu de homens; 22,3% tanto de homens quanto de mulheres; e 9% de mulheres. A prática é feita por pessoas relacionadas ao próprio ambiente de trabalho da vítima: 63,6% dos atos de assédios foram praticados por chefes e 27,2% por colegas de profissão.

Moral e sexual	50%
Moral	45,5%
Sexual	4,5%

Tabela 3: Tipos de assédios sofridos pelas mulheres no exercício da atividade

Fonte: Elaborado pelos autores

O silêncio é a atitude mais comum entre as jornalistas vítimas: 63,6% disseram que não relataram os casos a ninguém, 22,7% responderam que preferiram denunciar e a empresa tomou medidas contra a pessoa que praticou o assédio e 13,7% contou o caso, mas sem qualquer providência adotada por parte do veículo em que está empregada. Um dos problemas é que as empresas não oferecem canais para denúncias. Apenas 30% das jornalistas que responderam à pesquisa

do *site* Gênero e Número e Abraji informaram que as empresas oferecem canais de denúncias, contudo, somente 30,8% deste universo sinalizou que eles são adequados e eficazes (MAZOTTE; TOSTE, 2017).

Das entrevistadas em Amapá, 25% que disseram ter sofrido preconceito, a primeira evidência é que a maioria dos casos foi praticado por homens (88,9%). Diferente do assédio, a maior parte dos preconceitos partiu das fontes e colegas de profissão, com 44,4%, cada. Com 11,2% estão os chefes. Também nesse aspecto, as mulheres preferiram o silêncio e não denunciaram nem relataram o caso a ninguém (66,6%), enquanto 33,4% denunciaram e a empresa tomou medidas contra a pessoa que praticou o fato.

O que pode explicar ou, pelo menos, indicar a causa desses dados sobre assédios e preconceitos? Nesses casos, pode-se verificar de forma materializada a relação de poder entre gêneros durante o exercício profissional das mulheres, assimétrica e polarizadamente, com a predominância do poder masculino sobre o feminino (SCOTT, 1990), vislumbrado tanto nas formas de assédio por parte da chefia e pares profissionais (homens e mulheres) quanto no preconceito cometido pelos e pelas colegas do trabalho, sendo a maioria praticada por homens. As ações de assédio (moral e sexual), bem como preconceituosas, estão sustentadas em estereótipos de gênero ainda associados à cultura do patriarcado de opressão da mulher, a exemplo da “fragilidade feminina”, “superioridade masculina”, objetivação da mulher como símbolo sexual, “trabalho masculino”, “trabalho feminino”, “racionalidade é masculina”, “pauta para mulher cobrir”, “pauta para homem”, “capacidade feminina”, “capacidade masculina”, entre outros ainda presentes no ambiente de trabalho. Todas as formas associadas ao sexo biológico e à condição de ser mulher como determinante das relações de trabalho e tratamento. É válido mencionar aqui que, embora seja em menor número, as respostas apontaram que as mulheres também absorvem o discurso de poder no ambiente de trabalho relacionado à figura masculina, pois se trata de uma questão cultural absorvida pela cultura profissional.

Essas ações ecoam na divisão sexual do trabalho dentro das redações e desigualdades nas atribuições, como também apontou a pesquisa aplicada pelo Sindicato dos Jornalistas do DF. Em âmbito internacional, Aldridge (2001) pesquisou as jornalistas britânicas e verificou que as “notícias sérias” são atribuídas aos profissionais masculinos e que, conseqüentemente, a cobertura contínua destas pautas repercute em uma valorização profissional e ascensão na carreira. Assim, as profissionais mulheres são prejudicadas, o que pode levar a uma desmotivação da carreira, como indicaram as entrevistas com as jornalistas do Amapá. Para Latif (2007: 20), “o ambiente desfavorável gerado pelas agressões pode conduzir a um prejuízo no rendimento do trabalhador, prejudicando suas promoções, transferências ou quaisquer outras evoluções profissionais que almeje, pois cria um ambiente laboral inadequado”.

Considerações finais

O objetivo desta reflexão foi identificar as assimetrias de gênero nas redações de impressos, portais de notícias e emissoras de televisão do Amapá e os obstáculos encontrados pelas profissionais mulheres no mercado de trabalho em jornalismo. No Amapá, as mulheres que atuam no jornalismo são majoritariamente brancas, solteiras, com idade entre 19 e 25 anos, dividem o tempo entre trabalho e as aulas da graduação, recebem entre um e dois salários mínimos (menor que a média brasileira da profissão e da trabalhadora do Amapá) e estão descontentes com o rendimento mensal e com a atual posição que ocupa dentro da empresa onde trabalham. O curioso é que a porcentagem de respostas sobre a faixa etária entre 19 e 25 anos coincide com o índice de respostas sobre estágio, de 36,1%. O que nos leva a concluir que mais de um terço das mulheres são contratadas como estagiárias. Ao somar a porcentagem de respondentes que não possuem

contrato formal de trabalho com carteira assinada (11,1%) com a porcentagem que declarou desempenhar funções que não constam no registro da carteira de trabalho (33,3%), constata-se um alto índice de precarização da mão de obra feminina, 44,4% do total nas redações analisadas. Outro indicador revelado pela pesquisa é que o número de profissionais mulheres sem contrato formal de trabalho é maior que o de homens. Tais dados confirmam as desigualdades de gênero nas relações de trabalho de homens e mulheres nas redações investigadas do estado, configurando flexibilização e precarização do trabalho feminino.

As condições de trabalho, disparidade na remuneração, divisão sexual das atividades e escalas de trabalho, falta de perspectiva de ascensão na carreira acabam desestimulando as profissionais com mais tempo de carreira ou as que dividem o trabalho com relações familiares.

Outra constatação é a prevalência de mulheres brancas, enquanto elas representam 12,47% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015) da população no estado, nas redações elas somam 38,9%, reiterando as desigualdades de raça na ocupação do mercado de trabalho brasileiro em jornalismo.

Os obstáculos e desigualdades de gênero nas relações de trabalho também configuram opressão às mulheres e violações arraigadas nos estereótipos do patriarcado, sendo que a maioria das mulheres jornalistas no Amapá já foi vítima de algum tipo de assédio, moral e/ou sexual, ou de preconceito machista, sobretudo pelos chefes e pares profissionais. A naturalização dessa prática de opressão às mulheres no ambiente das redações espalhadas pelo país desde o século passado resultou em silêncio que, também no Amapá, foi a atitude mais comum entre as jornalistas que sofreram violações.

Em recente entrevista, a vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria Braga, comentou que as mulheres jornalistas acabam optando por não denunciar os casos em razão da possibilidade de perder o emprego nas empresas em que trabalham, a exemplo da demissão da jornalista que denunciou o assédio praticado durante entrevista com o cantor de funk Mc Biel (STREIT; LONGO, 2016)⁸. Ela também considerou que os fatos são desdobramentos de uma sociedade que ainda se ancora no machismo como instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Além do mais, quando o assédio parte de entrevistados com certa notoriedade, a eventual publicidade do caso também inibe as denúncias. Sobre esse aspecto, podemos usar o entendimento de Michel Foucault (apud LOURO, 1997: 43) sobre como o poder se apropria do silêncio entre dominantes e dominados: “o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras”, o que reforça a necessidade de denunciar os casos por parte das vítimas, seja de forma anônima ou não. Um exemplo de ações de resistência é a campanha “Deixa ela trabalhar”, lançada em 25 de março deste ano por jornalistas mulheres brasileiras nas redes sociais, em combate ao assédio cometido pelas fontes, pares profissionais e chefias⁹.

Talvez essas evidências expliquem o dado de que 58,3% das mulheres que trabalham nas redações jornalísticas no Amapá pretendem mudar de profissão, indicando que, mesmo sendo uma paixão profissional a qual decidiram seguir ao longo da vida, motivações no decorrer do tempo fazem com que optem por desviar o caminho e migrar para outras áreas com mais chances de ascensão, melhores salários e que possibilite satisfação de estar no ambiente de trabalho no exercício do ofício.

Vale destacar que esta pesquisa não responde a todas as perguntas sociodemográficas sobre as jornalistas mulheres e nem pretende esgotar o debate sobre a temática. Ela busca, sim, agregar dados aos estudos sobre a feminização no jornalismo, a ocupação das mulheres no mercado de trabalho, a precarização e flexibilização das relações de trabalho no jornalismo, em particular suas interfaces

⁸ Sobre o caso Biel, Cf. <https://bit.ly/2kmw2dL>.

⁹ A campanha foi lançada por 52 jornalistas que cobrem esportes. Mas em uma semana reuniu profissionais de diferentes veículos e editorias, com a *hashtag* #deixaela trabalhar. Cf. <https://bit.ly/2mnAERL>.

com relações de gênero no ambiente de trabalho e as particularidades do jornalismo regional. As discussões acadêmicas sobre o mercado de trabalho em jornalismo sob a perspectiva de gênero podem auxiliar no entendimento de suas configurações e na proposição de mudanças ou reflexões por um mercado menos desigual nas relações de trabalho e gênero. As pesquisas acadêmicas podem, assim, somar às ações de entidades e órgãos representativos da categoria, na busca de ações e alternativas para abolir as discriminações de gênero na profissão e no mercado de trabalho.

Referências

ALDRIDGE, M. The Paradigm contingent career? Women in regional newspaper journalism. *Sociological Research Online*, [S. l.], v. 6, n. 3, 2001.

BONELLI, M. G. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 31-62, 1993.

BUITONI, D. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.

CANAVILHAS, J. Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*, Lisboa, p. 1-7, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/1iwjV6v>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CARVALHO, K. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-11, 1995.

COSTA, N. Lugar de mulher é na redação: o jornalismo performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <https://bit.ly/2kGK0aN>. Acesso em: 18 set. 2019.

DUARTE, C. L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17-18, p. 139-156, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://bit.ly/2kEWgsl>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LATIF, O. A. A. Assédio sexual nas relações de trabalho. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 41, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2klNLSz>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LEITE, A. T. B. *Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LEITE, A. T. B. O processo de feminização do jornalismo em São Paulo: uma análise dos aspectos objetivos e simbólicos das diferenças de gênero na profissão. In: BONELLI, M. G. (org.). *Profissões republicanas: experiências brasileiras no profissionalismo*. São Carlos: Udufscar, 2016. p. 53-82.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAZOTTE, N.; TOSTE, V. (coord.). *Mulheres no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Abraji, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ANG2C5>. Acesso em: 8 abr. 2018.

- MICK, J.; LIMA, S. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MOSCHKOVICH, M.; ALMEIDA, A. M. F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.
- PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. In: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA, 2., 2016, Guarapuava. *Anais [...]*. Guarapuava: Unicentro, 2016. p. 1-11. Disponível em: <https://bit.ly/2mk5P00>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 3-4, p. 11-43, [1995 ou 1996].
- RAMOS, R. H. P. *Mulheres jornalistas: a grande invasão*. São Paulo: Faculdades Cásper Líbero: Imprensa Oficial, 2010.
- RIBEIRO, J. H. *Jornalistas: 1937 a 1997 – história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- ROCHA, P. M. *A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- ROCHA, P. M. O processo de profissionalização do Jornalismo no Brasil e seus embates ao longo do século XX e XXI. In: BONELLI, M. G. (org.). *Profissões republicanas: experiências brasileiras no profissionalismo*. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 33-52.
- ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. *Impulso*, Piracicaba, v. 21. n. 51, p. 7-18, 2011.
- RUBIN, G. The traffic in women. In: REITER, R. (ed.). *Towards an anthropology of women*. Tradução Edith Piza. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, A. S.; ROCHA, P. M. Jornalismo regional e glocal na Amazônia: as características do Diário do Amapá. In: SEMINÁRIO DE INVERNO DE ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, 20., 2017, Ponta Grossa. *Anais [...]*. Ponta Grossa: UEPG.
- SCHEIBE, R.; AUGUSTO, I. R. Por uma conversão do olhar: desbravações epistemológicas no Amapá. *Jornal Alcar*, Porto Alegre, v. 2, n. 9, p. 1-11, 2013.
- SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS DO DISTRITO FEDERAL. *Pesquisa desigualdade de gênero no jornalismo*. Brasília, DF: SJPDF, 22 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2klAsS6>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- STREIT, M.; LONGO, I. Machismo em pauta: jornalistas na mira do assédio. *Revista Fórum*, Santos, 24 jul. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2mmPfwF>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Gender socialization and adolescence. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2mfprZx>. Acesso em: 17 jul. 2017.